



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO



	<b>ATA DE REUNIÃO da Comissão de Segurança Institucional</b>	<b>Março/ 2024</b>
--	--	--------------------

<b>Data:</b>	14 de março de 2024
<b>Local:</b>	Sala de reunião da Presidência - 3º andar do Prédio-Sede.
<b>Horário:</b>	Início: 11:10h Término: 13h:00
<b>Pauta:</b>	Assuntos relacionados à segurança institucional e Atualização das ações do Programa de Modernização da Segurança Institucional.
<b>Participantes</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Marcus Augusto Losada Maia, Desembargador do Trabalho e Presidente da Comissão;</li><li>2. Francisco Sérgio Silva Rocha, Desembargador do Trabalho e Vice Presidente da Comissão;</li><li>3. Roberta de Oliveira Santos, Juíza do Trabalho e Representante da Amatra8;</li><li>4. Lia Martins, Diretora Geral em substituição e Membro da Comissão;</li><li>5. Fabrício Saulo Araújo Martins, Coordenador da CODSE e Membro da Comissão;</li><li>6. José Maria Amaral Nunes, Chefe de Segurança;</li><li>7. Henrique Mateus Fonseca Lopes, Chefe de Segurança (Fora da Sede)</li></ol>

<b>1 - Abertura</b>	A reunião foi aberta pelo Excelentíssimo Presidente da Comissão de Segurança Institucional, Desembargador Marcus Augusto Losada Maia, o qual saudou os participantes e passou a palavra ao Coordenador da Codse que iniciou a reunião.
<b>2 - Assuntos</b>	Inicialmente tratou-se das medidas adotadas pelo novo coordenador da CODSE, nos 30 (trinta) primeiros dias de sua gestão, dentre elas: mudança na escala de serviço dos APJ para o plantão; Criação do chefe de equipe; Supressão de um posto de vigilância armada noturno (Belém), a contar de 1 de abril de 2024; Reestruturação da CODSE; Implantação do controle de acesso com sistema em pleno funcionamento até o final de Março/Abril de 2024. Conserto do raio-x do prédio sede; Criação de vagas para advogadas gestantes. Implementação de POP para grande eventos. Substituição de dias e locais de lavagem de



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

automóveis; Início das obras da copa, academia e vestiários; Inclusão de APJ durante as sessões do pleno; Início das tratativas para implementação do botão de pânico; Mudança de posicionamento e horário de VTR, até o final de expediente.

O Desembargador Sérgio Rocha sugeriu e foi acatado pela comissão a supressão de outros postos de vigilância armada: a) Dois noturnos do Prédio Sede/Senador Lemos, substituindo por agentes de portaria; b) um posto diurno do depósito público da Manuel Evaristo, também substituindo por agente de portaria; c) Dois postos diurnos do Fórum de Macapá; d) Um posto diurno do Depósito Público/Arquivo de Ananindeua, substituindo por agente de portaria. Não renovação do posto diurno e noturno do SEMIRREBOQUE, que deverá ser transferido para outro órgão público.

O Coordenador da CODSE informou que serão realizadas rondas motorizadas, tanto em Belém quanto em Ananindeua, para reforçar a segurança. A magistrada Roberta Santos, sugeriu fazer ronda a pé nas varas do trabalho.

O Coordenador da Codse sugeriu também que pretende futuramente contratar agentes de portaria para ficar operando o raio-x e motoristas para substituírem os APJ; Sugeriu também a locação de aparelhos de raio-x.

O Coordenador informou que as demandas referentes as Itinerâncias aumentou muito e que não vai ser possível atender todas solicitações. O Desembargador Sérgio Rocha se comprometeu em conversar com a Desembargadora Corregedora Zuíla Dutra para tentar ajustar o calendário.

O Dr. Sérgio Rocha solicitou a instalação de fechadura eletrônica facial no seu gabinete, que servirá como teste;

Tratou-se também sobre o efetivo dos Agentes da Polícia Judicial: Foi proposto pelo Coordenador da CODSE um novo concurso público. A Diretora Geral, em substituição informou que já estão sendo tomadas as primeiras medidas e por uma questão orçamentária e legal, somente em 2025 poderá ser realizado. O Sr. Fabrício repassou a informação de que outros Tribunais estão realizando, ainda nos moldes antigos, com ou sem TAF; O Desembargador



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

	<p>Sérgio Rocha, orientou que o nosso deveria ser parecido com da Polícia Federal, PRF etc, ou seja, com várias etapas: teórica, médica, Taf, Academia e etc. Sobre esse assunto também tratou-se dos APJ que não estão trabalhando efetivamente como Policiais e recebem GAS.</p> <p>Por fim, deliberou-se pela necessidade de aquisição de novos armamentos. Foi aprovada pela comissão a aquisição das pistola .40 TC MD6 e Carabina 5,56 IA2.</p>
--	---

Nada mais havendo, foi encerrada a reunião. Para os devidos fins, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada eletronicamente por meio do PROAD 1627/2019, pelos presentes e por mim, Henrique Mateus, que a digitei.